

Senado estende intervenção do MP a conflitos de terra

O Ministério Público intervirá obrigatoriamente em todas as fases processuais das questões que envolvem litígios coletivos



Ramez Tebet

pela posse da terra urbana e rural, conforme projeto de lei da Câmara aprovado ontem pelo plenário do Senado. O projeto altera o Código de Processo Civil e segue agora à sanção presidencial.

Segundo o relator da CCJ, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que apresentou parecer favorável, essa extensão das competências do Ministério Público aponta para a instalação imediata de varas cíveis destinadas exclusivamente à justiça agrária.

SEGURO-DESEMPREGO

Os empregados dispensados ou demitidos sem justa causa até 31 de dezembro de 1996 não precisarão comprovar vínculo empregatício ou exercício de atividade autônoma durante pelo menos 15 meses nos últimos 24 meses para obter o seguro-desemprego. Este é o teor de outro projeto aprovado ontem pelos senadores que segue à sanção presidencial.

De autoria do então deputado e agora senador José Serra (PSDB-SP), o projeto institui uma espécie de "seguro-desemprego especial", prorrogando o prazo de vigência de critérios mais flexíveis para a concessão do seguro-desemprego. A senadora Marina Silva (PT-AC) foi a autora do parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais.

Medidas provisórias podem ter novas regras

CCJ aprovou ontem substitutivo de Fogaça ampliando prazo de vigência e prevendo apreciação separada pela Câmara e pelo Senado

As medidas provisórias poderão ser apreciadas pelo Congresso em 60 dias, começando a tramitação por uma comissão mista permanente, semelhante à do Orçamento, e terminando com votações separadas da Câmara e do Senado. As novas regras para as MPs foram aprovadas ontem na forma de um substitutivo apresentado pelo senador José Fogaça a uma

proposta de emenda constitucional do senador Esperidião Amin. A matéria agora deverá ser apreciada pelo plenário do Senado. Outra comissão, a que estuda a reforma político-partidária, está examinando a alteração nas datas de posse dos eleitos para cargos executivos e legislativos, segundo informou ontem o seu presidente, o senador Humberto Lucena. **Página 3**



O Congresso Nacional reverenciou a memória do ex-presidente João Goulart

Goulart é homenageado em sessão solene

O Congresso Nacional reverenciou a memória do ex-presidente João Goulart, por ocasião do vigésimo aniversário de sua morte, em sessão solene realizada ontem. Em nome do Senado, falaram Darcy Ribeiro (PDT-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS), e pela Câmara, Matheus Schmidt, líder do PDT, e Almino Afonso, do PSDB. "Foi um homem público que teve a virtude da pa-

ciência e evitou que o País mergulhasse em sangue", destacou o presidente da Casa, senador José Sarney.

Darcy Ribeiro, que foi chefe da Casa Civil do governo de Goulart, afirmou que o golpe militar que depôs o ex-presidente representou um grande retrocesso: "O Brasil seria outro hoje se o projeto de reforma agrária que apresentamos tivesse sido aprovado", disse.

Pedro Simon lamentou a campanha difamatória realizada na época contra Goulart, e insistiu na necessidade de se resgatar a imagem do ex-presidente. Compareceram à solenidade o governador do DF, Cristovam Buarque, o ex-governador Leonel Brizola, inúmeros deputados e senadores, além de admiradores e antigos colaboradores de Goulart.

Comissões aprovam mudanças no IR das empresas

Principal objetivo do projeto é evitar transferência de lucros para "paraísos fiscais". **Página 7**

Odacir aplaude campanha de alfabetização

Senador ressalta que se trata de edição melhorada e ampliada do Mobral, sem os custos do antigo programa, mas com o aproveitamento de "experiências valiosas"

A Campanha Nacional de Alfabetização Solidária, a ser lançada em breve pelo programa Comunidade Solidária, foi elogiada pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), que ressaltou a importância dessa ação em benefício dos 18 milhões de analfabetos do País.

Odacir Soares, baseando-se em informações divulgadas pela imprensa, disse que a campanha será uma edição melhorada e ampliada do Mobral, sem os custos do antigo programa, mas com o aproveitamento das "experiências valiosas por ele proporcionadas".

Para o senador, são impor-



Odacir Soares

tantes para o sucesso da campanha as estratégias que estão sendo desenvolvidas para o envolvimento de prefe-

turas, universidades e empresas no programa. Conforme explicou, diversas empresas já se comprometeram a cooperar e a Votorantim, por exemplo, patrocinará a campanha em todo o estado de

Alagoas.

Odacir Soares destacou a direção que Ruth Cardoso vem imprimindo ao programa Comunidade Solidária e fez votos de sucesso para esse novo empreendimento.

Ornelas quer Nordeste competitivo

"O Nordeste precisa de investimentos que eliminem os seus elevados índices de analfabetismo e que criem uma base sólida de desenvolvimento científico e tecnológico para torná-lo competitivo", disse ontem o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), relator da comissão especial do Senado que estuda uma política de desenvolvimento para a região.

- Esse é um investimento

que terá resultados a médio e longo prazos, mas é investimento estratégico e fundamental para o Nordeste - acrescentou Waldeck Ornelas, observando que, "paralelamente, esforços têm sido feitos em termos de investimentos econômicos".

A comissão, que é presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), ouviu na quarta-feira à noi-



Ornelas

te exposição do ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas, cuja pasta, segundo Ornelas, "avançou bastante na definição de projetos para a região".

O senador observou que a pasta da Ciência e Tecnologia tem procurado incrementar o apoio da Fincp e do CNPq ao Nordeste.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A PRÓXIMA SEMANA

Terça-feira (10.12.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 23/96, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia - GO; *PLS nº 191/96, que altera a redação da Lei nº 8.031/90, para facultar ao Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, excluir empresa do Programa Nacional de Desestatização; e *PLC nº 68/96, que dispõe sobre a prorrogação de prazo para renovação de certificado de entidades de fins filantrópicos e de cadastramento junto ao CNAS.

Quarta-feira (11.12.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Comparecimento do ministro da Justiça, Nelson Jobim, para prestar esclarecimentos sobre a atuação do governo federal no despejo de garimpeiros e desobstrução da área denominada Serra Leste, no município de Curionópolis - PA.

Quinta-feira (12.12.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 195/95, que concede anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais em virtude de sentença judicial; *PLS nº 196/95, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; e *PLS nº 258/95, que cria área de livre comércio em Brasília - DF.

COMISSÕES

Terça-feira (10.12.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação não terminativa, dentre outros, do *PLC nº 104/95, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; *PLC nº 119/95, que redireciona recursos do Sebrae; *PR nº 34/96, que altera a Resolução nº 69/95, para limitar a 98% o percentual máximo de

refinanciamento da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e terminativa dos *Substitutivo ao PLS nº 108/95 (discussão em turno suplementar), que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas; e *PLS nº 28/95, que dispõe sobre a redução do valor das tarifas para estudantes nos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais; *PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 41/95, que revoga o § 3º do art. 192 da Constituição, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao imposto sobre Propriedade Territorial Rural; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; *PEC nº 7/96, que determina que terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interferiram nas relações federativas; *PEC nº 52/95, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; *PEC nº 35/95, que estabelece adaptações na organização do Ministério Público, corrigindo tendências concentradoras que se revelaram incompatíveis e institucionalmente prejudiciais, em termos de eficiência operativa; *PEC nº 5/96, que estabelece a instituição mista de ensino. **Matérias terminativas:** *PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); *PLS nº 07/96, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores; e *PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (12.12.96)

11h - Comissão Temporária destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia

Pauta: Esplanasões do secretário de Coordenação dos Assuntos da Amazônia, José Seixas Lourenço. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

CCJ aprova novas regras para medidas provisórias

Substitutivo de Fogaça amplia para 60 dias prazo de vigência, cria comissão mista de caráter permanente e prevê apreciação separada pela Câmara e pelo Senado

Por 13 votos a sete, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) que fixa novas regras para a edição de medidas provisórias (MPs). O substitutivo foi feito a uma proposta de emenda à Constituição do senador Esperidião Amin (PPB-SC), e incorporou, segundo o relator, sugestões de outras quatro propostas de emendas e do substitutivo da comissão especial que teve por relator o senador Josaphat Marinho (PFL-BA). Os sete votos vencidos pretendiam a aprovação do trabalho de Josaphat Marinho. A matéria ainda será submetida ao plenário.

De acordo com o texto acolhido pela CCJ, o prazo de vigência de medidas provisórias fica ampliado para 60 dias. O presidente da República deverá comunicar a edição de uma MP ao presidente do Congresso Nacional, salvo sigilo imprescindível à preservação do interesse público, com 48 horas de antecedência. As MPs serão apreciadas por uma comissão mista única, composta de 17 senadores e 17 deputados, estruturada nos moldes da Comissão Mista de Orçamento.

Ainda conforme o substitutivo elaborado por Fogaça, a votação em plenário não será mais feita em sessão conjunta do Congresso, mas separadamente, nas duas Casas. Se a medida provisória não for votada em 60 dias, ela será colocada, em regime de urgência, na ordem do dia da Câmara dos Deputados ou do Senado, observado o critério de alternância simples.

A proposição veda a reedição de medida provisória sempre que o Congresso Nacional aprovar decreto legislativo que declare a cessação de sua eficácia e discipline



José Fogaça

a garantia dos atos realizados na sua vigência. Fica proibida a edição de medida provisória sobre matéria de lei delegada, norma penal ou especificada em lei complementar.

Antes da votação do substitutivo de Fogaça, discutiram as novas regras sobre medidas



Esperidião Amin

provisórias os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Josaphat Marinho, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Epitácio Cafeteira (PPB-MA) - os cinco favoráveis ao texto de Josaphat -, Ney Suassuna (PMDB-PB) e o próprio Foga-



Josaphat Marinho

ça. Também votaram a favor do substitutivo do relator da comissão especial, sendo, portanto, votos vencidos, os senadores Jefferson Peres (PSDB-AM) e José Ignácio Ferreira (PSDB-ES). A reunião foi presidida pelo senador Iris Rezen-de (PMDB-GO).

Mudança nas datas de posse dos eleitos deverá ser votada na terça

A Comissão Especial de Reforma Política-Partidária propôs a mudança das datas de posse dos eleitos para cargos executivos e legislativos. Esta é a tendência dominante nas discussões já realizadas, segundo

informou ontem o presidente da comissão, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que deverá colocar a matéria em votação na reunião da próxima terça-feira (dia 9), às 18 horas.

- O que se quer é alterar as datas de posse do presidente da República, governadores e prefeitos, atualmente coincidente em 1º de janeiro - disse Lucena. Todas as propostas aprovadas na comissão serão depois submetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A proposta do relator, senador Sérgio Machado



Humberto Lucena



Sérgio Machado

(PSDB-CE), era de antecipar as posses para dezembro, em três dias diferentes. Segundo ele, os debates realizados quarta-feira pela comissão demonstraram que está prevalecendo, entre a maioria de senadores que se manifestaram, a tendência de fixar três datas de posse, todas em janeiro: dia 2, para os eleitos a mandatos legislativos no Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras de vereadores; dia 4, para governadores e prefeitos; e dia 6, para o presidente da República.

Outra posição que está se firmando como dominante é a de

apoiar a proposta do relator de reduzir o tempo entre as eleições de 1º e 2º turnos, que hoje são realizadas, respectivamente, em 3 de outubro e 15 de novembro. Pela proposta de Sér-

gio Machado, as eleições de 2º turno passariam a ser em 30 de outubro.

A divulgação de pesquisas eleitorais também constará da pauta de votações da próxima terça-feira. Conforme o senador Humberto Lucena, "a perspectiva é a de se proibir a divulgação de pesquisas nos 15 dias anteriores às eleições", mas há divergências. Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), por exemplo, restringir a divulgação de pesquisas eleitorais seria inconstitucional, por se chocar com o direito individual de acesso à informação.

Vale é autorizada a fazer empréstimo externo para financiar a Alunorte

Projeto que estabelece garantia da União recebeu críticas em plenário e contou com 34 votos favoráveis, 7 abstenções e 1 contra

Por 34 votos favoráveis, 7 abstenções e 1 contra, o Senado aprovou ontem autorização para a Companhia Vale do Rio Doce contratar operação de crédito externo no valor de 200 milhões de dólares com a Nippon Amazon Aluminium Co. (Naac), destinada à cobertura de investimentos realizados na instalação do projeto Alunorte e com garantia da União.



Francelino Pereira

A Alunorte é uma subsidiária da Vale com capital nipo-brasileiro, fruto de um acordo de cooperação firmado em 1978 entre o Brasil e o Japão. Os recursos complementarão a produção integrada de bauxita, alumina e alumínio, e representarão a geração de 5 mil empregos, conforme destacou o relator do projeto, senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Baseados em riscos e complexidades apontados em nota da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vários senadores questionaram a autorização e pretendiam inclusive suspender a urgência concedida à deliberação do projeto, conforme sugeriu o senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

Segundo advertiu o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a secretaria chama a atenção para o fato de que o empréstimo en-

volve riscos para o Tesouro Nacional no caso de a Vale ser privatizada, tanto que recomendou, entre quatro alternativas, a "não-concessão da garantia pelo Tesouro Nacional, tendo em vista os riscos envolvidos".

Ademir Andrade (PSB-PA), por sua vez, assinalou que a Alunorte é empresa de capitais privados com interesses interna-

cionais, de modo que não caberia a concessão de aval da União ao empréstimo.

Hugo Napoleão (PFL-PI), Jáder Barbalho (PMDB-PA), Coutinho Jorge (PSDB-PA) e Francelino Pereira argumentaram que a não-autorização implicaria o pagamento de multa de 90 milhões de dólares, e que a Vale tem condições de honrar o compromisso. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS) manifestaram-se contra a autorização.



Ademir Andrade

Ademir aponta perseguição a garimpeiros

"Nunca vi tantos atos de arbítrio como os cometidos pela Vale do Rio Doce contra os garimpeiros de Serra Pelada. Imagine o que a empresa não será capaz de fazer quando for privatizada", advertiu ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA) ao afirmar que a empresa está desrespeitando a lei e a ordem no seu propósito de extirpar o garimpo.

Como exemplo, Ademir disse que a estatal está pagando em média R\$ 8,8 mil por casa desocupada, para posterior demolição, no seu objetivo de evacuar o povoado. Disse também que os garimpeiros que se recusam a deixar o local estão sendo ameaçados de não conseguir trabalho no novo projeto a ser ali executado, o qual prevê a criação de até 3 mil empregos diretos.

Serra Pelada faz parte da história do Pará e foi graças à sua existência que o sul do estado cresceu muito. Mas a política da Vale do Rio Doce sempre foi a de exterminar o garimpo. Exemplo disso é que o projeto de matriz social, que deveria ser feito dentro de Serra Pelada, não ficará mais lá - acrescentou.

Ademir afirmou que, depois que o presidente Fernando Henrique mandou a Polícia Federal e as Forças Armadas retirarem os garimpeiros que ocupavam a área reivindicada pela Vale, a companhia ficou fortalecida e agora intensificou sua ação contra eles. Em aparte, o senador Ernandes Amorim (RO) lembrou que uma missão do Senado visitou Serra Pelada para intermediar a crise que ali se instalara, não entendendo por que o governo não acatou suas sugestões.

CAE aprova pedidos de estados para a rolagem de dívidas

Antes de ser votado em plenário, o pedido de autorização para financiamento do projeto Alunorte recebeu ontem a aprovação da Comissão de Assuntos Econômicos. A proposição foi relatada pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG). Também foi aprovado parecer favorável de Francelino Pereira a pedido do governo de Minas Gerais para a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado, cujos recursos serão aplicados na rolagem de sua dívida mobiliária, vencível no primeiro semestre de 1997. A comissão acolheu outra solicitação do governo mineiro para contratar crédito junto à Vale do Rio Doce, no valor de

R\$ 8,81 milhões de reais.

Receberam ainda pareceres favoráveis da CAE os pedidos do governo de Mato Grosso do Sul para emitir Letras Financeiras destinadas ao giro da dívida mobiliária a vencer no primeiro semestre de 1997, e do governo do Tocantins, para contrair crédito externo de 48 milhões de dólares junto ao The Export-Import Bank of Japan. As matérias foram relatadas, respectivamente, por Ramez Tebet (PMDB-MS) e João Rocha (PFL-TO). A CAE acolheu ainda seis emendas a projeto que estabelece prazo de publicação, pela Receita Federal, dos modelos de declaração de IR.

Municípios terão feriado nos seus centenários

Os dias do início e do término do ano do centenário de fundação dos municípios poderão ser comemorados com feriados, conforme projeto de lei da Câmara aprovado ontem pelo Senado para ser submetido à sanção presiden-



Dutra

cial.

A lei que dispõe sobre a matéria estabeleceu critérios para a definição de feriados civis limitados às esferas federal e estadual. Os municípios, apesar da autonomia que a Constituição lhes garante, estão impedidos

de definir suas próprias datas comemorativas.

No parecer favorável apresentado em plenário, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) salientou que a intenção do projeto respeita particularidades locais e procura adequar a legislação em vigor às reivindicações dos municípios.

Comissão sobre endividamento já atua

Carlos Patrocínio anuncia convite ao secretário executivo do Ministério da Fazenda a fim de debater projeto de resolução do Senado que autoriza créditos para ajuste fiscal dos estados



Júlio Campos

Júlio Campos sugere mais rigor com vãos

A necessidade de o governo promover a fiscalização do setor aeronáutico, ampliando o número de controladores de voo e melhorando as condições salariais e de trabalho desses profissionais, foi defendida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), ao fazer uma análise das condições dos aeroportos e das aeronaves brasileiras. Ele advertiu que o País precisa aparelhar-se para atender ao aumento de demanda dos serviços aéreos.

Júlio Campos acha imprescindível que o governo promova a modernização tecnológica dos terminais aéreos e a atualização dos procedimentos de segurança em terra e no ar. Também destacou a importância de se conscientizarem as empresas de aviação sobre a vantagem econômica que representa a renovação da frota, em vez da prática "caríssima de manutenção de aviões definitivamente envelhecidos e perigosos".

- A tese de que um avião nunca fica velho se receber a manutenção adequada foi sequestrada há pouco, quando um antigo DC-9 pegou fogo em pleno ar e mergulhou no pântano da Flórida. Os especialistas em segurança concluíram que, "para aviões muito velhos, boa manutenção tem tanta eficiência quanto uma benzedeira" - disse o senador, citando reportagem publicada recentemente pela revista *Veja*.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), eleito presidente da Comissão Especial Temporária do Endividamento dos Estados, instalada ontem, anunciou que o órgão vai convidar o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, para debater projeto de resolução do Senado que autoriza a União e os estados a contratarem operações de crédito no âmbito do programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal das unidades da Federação.

Segundo o senador, o projeto "delega poderes ao Senado para autorizar pedidos de empréstimos dessa ordem até dezembro de 1997, e deverá



Carlos Patrocínio

ser analisado pela comissão com a maior atenção". Ele disse que mais seis projetos dos senadores sobre endividamento serão minuciosamente examinados, juntamente com as sugestões dos governadores.

Para a vice-presidência da comissão foi eleito o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), e para relator foi designado o

senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Sobre a rolagem das dívidas estaduais, Geraldo Melo disse que sempre defendeu uma saída para evitar que os estados sejam inviabilizados. Por outro lado, ressaltou, algumas reivindicações dos governadores agridem a lei, "como a questão dos precatórios e da suspensão das liminares judiciais que eles não querem que sejam cumpridas".

Integram ainda a comissão os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), Gilberto Miranda (PMDB-AM), Wilson Kleinübing (PFL-SC), Edison Lobão (PFL-MA), Guilherme Palmeira (PFL-AL), Levy Dias (PPB-MS) e Lauro Campos (PT/DF).

Amorim quer recursos para Ponta do Abunã

O senador Ernandes Amorim (RO) lembrou que os problemas da região da Ponta do Abunã, onde se localizam as vilas de Nova Califórnia e Extrema, não terminam com a decisão do Supremo Tribunal Federal reconhecendo os direitos de Rondônia sobre aquela área. Ele informou que a Ponta do Abunã era disputada pelos estados do Acre e Rondônia, e que o conflito durou mais de dez anos.

- Em que pese todo nosso contentamento com o desfecho do problema, porém, somente isso não basta. Foram mais de dez anos em que a população da região ficou abandonada pelo poder público. Muita coisa precisa ser feita para superar o atraso decorrente desse conflito. As autoridades do estado



Ernandes Amorim

de Rondônia precisam agora fazer uma ampla mobilização de esforços para retirar os moradores de Ponta do Abunã do atraso em que se encontram - afirmou.

Ernandes Amorim sugeriu a criação dos municípios de Extrema e Nova Califórnia, a fim de que sejam obtidos recursos para a região.

A Ponta do Abunã, de acordo com Ernandes Amorim, dispõe de 500 hectares de terra apropriada para agricultura, é rica na produção de brita, além de possuir um grande potencial turístico. "De forma que tem um grande potencial econômico que deve ser explorado para que se proporcione aos moradores da área o conforto de que foram privados em uma dezena de anos", acentuou,



Hugo Napoleão

Napoleão pede mais verbas para a agropecuária

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) voltou a reivindicar ao Ministério da Agricultura a liberação de mais recursos para a agropecuária do Piauí, por meio do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), assim como dinheiro para o custeio das operações de compra e venda na feira agropecuária que está sendo realizada em Teresina.

O líder do PFL informou ainda ter solicitado, em junho último, através de ofício encaminhado ao ministro da Agricultura, Arlindo Porto, linha de crédito suplementar para financiar a implantação de pastagens, a aquisição de matrizes e reprodutores e a compra de máquinas e implementos agrícolas.

Cabral exalta liberdade de imprensa ao comemorar 47 anos da *Tribuna*

Hélio Fernandes, editor do jornal, é homenageado pelo senador, que destaca sua dedicação à defesa dos ideais democráticos

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ontem que a liberdade de expressão não deve sofrer retaliações por meio de modificações da legislação vigente. Cabral fez essa afirmação ao reportar-se ao aniversário de 47 anos do jornal *Tribuna da Imprensa*, a ser comemorado no próximo dia 27.

Bernardo Cabral homenageou a coragem do atual diretor da *Tribuna*, Hélio Fernandes, que, a seu ver, constitui um exemplo de vida profissional dedicada a seu país e à defesa dos ideais democráticos, na preservação das liberdades



Bernardo Cabral

individuais.

- Hélio Fernandes está à frente do jornal há décadas. É um jornalista tenaz, que não admite hesitações na defesa da causa democrática. Sua vida e sua veemência o expuseram às punições dos poderosos. Ele

tem sido vítima de muitos processos, muitas perseguições de cunho político e das mais diversas punições - frisou.

Ao recordar a história do diário carioca, o senador destacou a figura de seu fundador, o jornalista Carlos Lacerda, que também teve "extraordinárias passagens" pelo Congresso Nacional, como deputado.

- A *Tribuna da Imprensa* chega aos 47 anos sem demonstrar nenhuma marca de envelhecimento. Ao contrário, o jornal continua vivo, vibrante, objetivo e permanece na defesa das teses que lhe deram origem - informou.

Artista do Amapá expõe até domingo

A exposição "Resinosos da Amazônia", do artista amapaense Herivelto Maciel, permanece aberta para visitação até este domingo (dia 8), no Salão Negro do Congresso. Ao todo, estão à mostra 45 obras, entre esculturas, performances (quadro tridimensional, segundo o artista) e pinturas feitas a partir de tintas resinosas e restos de madeira colhidos no Amapá.

- Com o meu trabalho, pretendo mostrar a crença e o lado bucólico do caboclo e do indígena. Ao mesmo tempo, procuro caracterizá-lo como uma denúncia contra o extermínio da cultura dos índios e contra a destruição da flora e da fauna da região. Não me considero um artista plástico, mas um artesão das artes plásticas. Todo o material que utilizo é produzido por mim, desde as tintas que retiro de frutos como o urucum e o jenipapo até as cascas de árvores e raízes que se transformam em pincéis e espátulas - explicou Herivelto.

Para Simon, publicidade oficial não deve discriminar jornal

"Fica muito mal para o democrata Fernando Henrique Cardoso não dar publicidade para um jornal que fala mal do seu governo", disse ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao anunciar que o semanário *Sete Dias*, do Distrito Federal, foi informado de que não receberá publicidade oficial porque contém matérias que desagradam ao Palácio do Planalto.

- Quero nesse momento me dirigir a Fernando Henrique Cardoso. Libere a publicidade para esse jornal. Deixe que o jornal fale mal do seu governo. Negar a publicidade é um estilo que já conhecemos da época do Estado Novo e do regime militar de 64. Não fica bem para sua biografia - acrescentou Simon.

O senador leu em plenário matéria publicada pelo próprio jornal, segundo a qual o jornalista Tarcísio Holanda, um dos responsáveis pelo semanário, foi à Secretaria de Comunicação Social do go-



Pedro Simon

verno pedir que seu veículo entrasse na mídia oficial. Ouviu então do responsável por essa publicidade, o ex-deputado José Abrão, que o jornal tinha muita "má vontade com o governo" e que se o Palácio do Planalto desse publicidade para esse veículo ia "fazer o papel de bobó".

- Eu me nego a acreditar que esse cidadão esteja falando em nome do presidente da República - disse Simon, considerando a versão do jornal um fato grave, capaz de comprometer a biografia do presidente Fernando Henrique Cardoso.



Lúcio Alcântara

Alcântara diz que Radiobrás mantém Voz

A pedido do presidente da Radiobrás, Maurílio Ferreira Lima, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) comunicou ontem ao plenário que aquela empresa suspendeu a liberação que permitia a algumas emissoras no País retransmitir o programa *Voz do Brasil* em horários diferenciados.

O senador também informou que o presidente da Radiobrás já orientou os órgãos competentes daquela empresa a realizarem uma rigorosa fiscalização para aplicar as penas legais sobre as emissoras que não estejam retransmitindo a *Voz do Brasil*.

Lúcio Alcântara disse que Maurílio Ferreira Lima apressou-se em prestar esses esclarecimentos ao Senado tão logo soube da insatisfação que havia na Casa contra a liberalidade com que estava sendo aplicada a lei que obriga a transmissão diária desse programa por todas as emissoras do País.

Comissões aprovam novo IR para empresas

Relator do projeto, Edison Lobão diz que a principal inovação é a criação de mecanismos que vão evitar a transferência de lucros gerados no Brasil para os "paraísos fiscais"

Com parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA), foi aprovado ontem pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, em reunião conjunta, o projeto de iniciativa do Executivo que introduz alterações no Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas (IRPJ).

Segundo o relator, a criação de mecanismos destinados a evitar as transferências de lucros gerados no Brasil para os "paraísos fiscais" é uma das principais contribuições da proposta, que deverá ser votada antes do dia 15 pelo plenário do Senado.

Lobão esclareceu que rejeitou em seu parecer as emendas apresentadas ao projeto, inclusive algumas com que concordava, para ganhar tempo e evitar que a proposta volte à Câmara. "Trata-se de aprovar o projeto antes do recesso, para que a lei passe a vigorar já no próximo ano", disse o senador.

O projeto cuida de inibir a prática do superfaturamento nas importações e de subfaturamento nas exportações, por considerar que essa é a maneira mais usual dos que transferem irregularmente seus lucros para os países onde existem maiores facilidades tributárias, destacou Edison Lobão.

O relator também considera um avanço o fato de o projeto determinar que a apuração da base de cálculo das empresas passe a ser trimestral e não anual, como exige a atual legislação. O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), foi o único a se abster de votar o parecer de Lobão. Ele alegou que o Poder Executivo tem enviado com frequência matérias importantes, como a proposta de alteração do IRPJ, que tem 87 artigos, para o Senado votar sem tempo de debatê-las, como seria necessário.



Reunião conjunta das Comissões de Justiça e de Assuntos Econômicos aprecia projeto do governo

Osmar apóia elevação de ITR para terra improdutiva, mas vai apresentar emendas

O senador Osmar Dias (PR) afirmou ontem que a medida provisória aumentando as alíquotas do Imposto Territorial Rural (ITR) é uma tentativa do governo de democratizar e modernizar o processo de reforma agrária, uma vez que "esse imposto se descaracterizou com o tempo e não serve sequer como fonte ou instrumento de desenvolvimento fundiário".

Ele destacou o aumento do ITR especialmente para propriedades improdutivas e para



Osmar Dias

os latifúndios.

Osmar Dias sugeriu um debate no Senado sobre a majoração desse tributo, antes da entrega do parecer do senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), relator da medida provisória. O senador considera que "há distorções na MP do ITR" e, por isso, anunciou, vai apresentar três emendas à proposta do governo.

As emendas do senador visam a proteger os produtores no caso de perda da safra por calamidade; considerar pro-

priedades produtivas as áreas destinadas a pastagens; e estabelecer que o Poder Executivo determine o grau de produtividade de uma região.

Em apertado, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) apoiou o discurso de Osmar Dias. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que a discussão sobre a reestruturação fundiária precisa modernizar-se. Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), também apoiando o pronunciamento, elogiou o governo pela edição da MP e criticou a concentração de terras no País.

Palmeira aplaude reformulação no imposto

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) disse que a reformulação do ITR é a última oportunidade que o Brasil terá de modernizar as relações econômicas e sociais na área agrícola por meios pacíficos e com o uso de instrumentos democráticos.

Por essa razão, o senador manifestou seu apoio e solidariedade à medida provisória editada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o assunto e advertiu que a questão dos Títulos da Dívida Agrária, ora sob investigação do Banco Central, não deve servir de pretexto para que o Congresso adie as

discussões sobre o mérito da medida.

- A questão da reforma agrária é por demais relevante, por demais urgente e por demais angustiante para que questões dessa natureza possam servir, mais uma vez, de pretexto para adiá-la, ignorá-la ou relegá-la ao limbo do nosso esquecimento - afirmou o senador.

Segundo Guilherme Palmeira, a reformulação do ITR não pretende "desestruturar a propriedade produtiva". Na opinião dele, o reconhecimento do esforço desenvolvido pelos que



Palmeira

vêm se empenhando para garantir a auto-suficiência alimentar do País não pode impedir que se procure saldar a dívida da Nação "para com os milhões de brasileiros que ainda hoje constituem a maior

parte da população rural". Como sugestão para o aperfeiçoamento da medida provisória, Guilherme Palmeira defendeu que a taxa do ITR não seja aumentada para os pequenos e grandes produtores, mas agravada para os latifúndios improdutivos.

CRE debate com embaixador conflitos no Timor

Subsecretário-geral para Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores faz um relato sobre a situação política na ilha que se encontra sob dominação da Indonésia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), recebeu na manhã de ontem o embaixador Ivan Cannabrava, subsecretário-geral para Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores, que fez um relato sobre a situação política do Timor Leste, que se encontra sob dominação da Indonésia.

Na avaliação do embaixador, o Senado agiu acertadamente ao referendar voto de aplauso aos timorenses dom Carlos Filipe Ximenes Belo e José Ramos-Horta, que conquistaram este ano o Prêmio Nobel da Paz. Quanto ao questionamento sobre a possibilidade de o País fazer algo mais pela causa do Timor Leste, ele disse que o Brasil quer uma solução justa e pacífica para o conflito, e que já existe um foro para tratar do assunto, intermediado pelo secretário-geral das Nações Unidas.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) perguntou a Ivan Cannabrava sobre a importância geográfica e estratégica da ilha para a Indonésia. O embaixador respondeu que a independência do Timor poderia ameaçar a soberania da Indonésia, já que um "efeito dominó" seria esperado em muitas das ilhas que compõem o seu território e que também são habitadas por populações de



Comissão de Relações Exteriores aprovou também projeto de resolução sobre acordos internacionais

diferentes etnias.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que o Prêmio Nobel concedido a dois cidadãos timorenses sinaliza uma postura positiva da comunidade internacional. Respondendo a questão formulada pelo senador José Agripino (PFL-RN), Ivan Cannabrava esclareceu que a atividade eco-

nômica do Timor é precária, mas a ilha possui lençóis petrolíferos.

No encerramento do debate, o senador Antonio Carlos Magalhães elogiou o expositor, pelas idéias apresentadas.

Ainda na reunião de ontem, a Comissão de Relações Exteriores aprovou cinco projetos de decreto legislativo re-

lativos a acordos e protocolo de cooperação entre o Brasil e a comunidade internacional. A CRE aprovou, também, voto de solidariedade e apoio do Senado à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos de 2004. Essas matérias serão agora submetidas ao plenário da Casa.



Campos recebe canadenses

O senador Júlio Campos (PFL-MT), em nome da presidência do Senado Federal, recebeu delegação de parlamentares do Quebec, província do Canadá. A visita (foto) teve o objetivo de convidar os congressistas brasileiros para a Conferência Parlamentar das Américas, que será realizada em Quebec em setembro do próximo ano.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, RENAN CALHEIROS, ERNANDES AMORIM, JEFFERSON PERES, RAMEZ TEBET E VALMIR CAMPELO

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
■ Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal